



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

**Informação nº :** 236/2014-3ª Diacomp

Brasília (DF), 30 de dezembro de 2014.

**Processo nº :** 35950/2014

**Apenso(s) nº(s) :** 35942/2014

**Jurisdicionada(s) :** Administração Regional do Cruzeiro (RA XI)  
Administração Regional de Taguatinga (RA III)

**Assunto :** Denúncia

**Montante em exame :** Não se aplica

**Ementa :** Denúncia em nome de pessoas físicas. Não comprovação de autenticidade. Pelo arquivamento.

Senhor Secretário,

Este feito foi constituído para abrigar denúncia encaminhada em nome de cidadãos contra possíveis fraudes em licitações, ocorridas na gestão do Senhor Antônio Sabino, enquanto Administrador Regional do Cruzeiro, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga, no corrente exercício (Peça 3). Por conter informações cujo sigilo deve ser preservado, esta denúncia demandou a autuação do Processo Apenso nº 35942/2014 para abrigar os documentos originais, em observância ao disposto no art. 2º, § 2º, da Resolução nº 207/2010<sup>1</sup>.

## **I - Do teor da denúncia**

2. De acordo com os denunciantes, o Senhor Antônio Sabino seria responsável por um esquema de fraudes em licitações de obras na modalidade convite, iniciado na Administração Regional do Cruzeiro e, posteriormente, levado para a Administração Regional de Taguatinga, caracterizado por:

- a) realização de vários convites com valores próximos ao máximo permitido para essa modalidade, caracterizando fracionamento indevido das licitações, a fim de burlar modalidade licitatória mais complexa;
- b) conluio entre as licitantes, que acordavam previamente as licitações que cada uma

---

1 "§ 2º Na preservação da autoria da denúncia e do objeto, o documento original deverá ser substituído por extrato ou cópia com as necessárias omissões, devendo o original ser autuado em processo apartado, classificado como sigiloso e arquivado, até decisão definitiva da matéria."



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

ganharia;

- c) participação das empresas licitantes na elaboração dos editais;
- d) algumas empresas licitantes teriam sido criadas exclusivamente para participar do esquema;
- e) algumas das licitantes pertenciam aos mesmos sócios que, para ocultarem o fato, as registraram em nome de “laranjas”;
- f) houve pagamento antecipado;
- g) algumas das empresas contratadas eram de fachada e, não tendo condição de executar os serviços, subcontrataram terceiros autônomos. Estes, que não receberam os direitos trabalhistas, hoje buscam o socorro do Poder Judiciário.

3. Os denunciantes apresentam listagem de 12 empresas que participavam do referido esquema. Além disso, noticiam que, recentemente, algumas dessas empresas estariam sendo beneficiadas com permissões para exploração de quiosques em áreas públicas em Taguatinga.

4. Em função disso, manifestam sua esperança de “que esses crimes sejam esclarecidos e que as providências cabíveis sejam tomadas, pois o GDF não suporta mais tanta corrupção”.

## II - Da admissibilidade

5. Os requisitos para admissibilidade de denúncias por esta Corte são os listados no art. 196, § 1º do RI-TCDF, com a redação da Emenda Regimental nº 35/2012, *verbis*:

Art. 196. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 1º São requisitos de admissibilidade da denúncia:

I - o nome legível do denunciante, sua qualificação, endereço e no caso de cidadão, a comprovação por meio do título de eleitor;

II - estar relacionada a administrador, responsável ou órgão sujeito à jurisdição desta Corte;

III - ser redigida em linguagem clara e objetiva;

IV - estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

6. A denúncia consiste em duas mensagens encaminhadas à Ouvidoria do TCDF, de idêntico teor, porém em nome de duas pessoas físicas diferentes. Em ambas as mensagens foi informado um mesmo *e-mail* para contato.

7. Quanto aos requisitos para admissibilidade, mediante pesquisa nos sites da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Receita Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, constata-se que ambos os possíveis denunciante possuem situação cadastral regular no Cadastro de Pessoas Físicas e estão quites perante a Justiça Eleitoral (Peças 4 e 7 do Processo Apenso nº 35942/2014).

8. A denúncia é redigida em linguagem clara e objetiva e se relaciona a administrador e órgãos sujeitos à jurisdição desta Corte. A fim de aferir se as informações trazidas pelo denunciante constituem indícios de irregularidade, efetuou-se rápida consulta à base de dados do Siscoex, com o intuito de verificar a despesa executada em favor das empresas mencionadas. A partir dos dados coletados, elaborou-se a tabela a seguir.

Empresa	2012 (RA XI)		2013 (RA XI)		2014 (RA III)	
	Despesa	% das obras da RA no exercício	Despesa	% das obras da RA no exercício	Despesa	% das obras da RA no exercício
Bortolin Construtora e Empreendimentos Ltda	R\$ 429,895.64	17.57%	R\$ 282,339.92	7.05%		
E. O. Do Carmo & Cia Ltda.	R\$ 145,060.42	5.93%				
Summit Eng. e Tecnologia Ltda.	R\$ 129,237.84	5.28%	R\$ 305,623.50	7.63%		
Terraplana – Eng. E Com. Ltda.	R\$ 161,895.06	6.62%	R\$ 414,665.57	10.35%	R\$ 145,235.62	7.68%
Dacosta Serviços de Acabamentos de Pisos Ltda.			R\$ 653,684.32	16.32%	R\$ 119,967.60	6.34%
DSA Engenharia Ltda.			R\$ 500,654.00	12.50%	R\$ 239,844.40	12.68%
Fontenele Mat. Elétricos e Hidráulicos Ltda			R\$ 142,051.32	3.55%	R\$ 241,087.48	12.75%
Carvalho e Silva Empreendimentos Eireli-ME					R\$ 240,620.22	12.72%
Felipe Siqueira Rocha de Oliveira					R\$ 144,894.18	7.66%
MB Construções e Empreendimentos Ltda					R\$ 292,145.16	15.44%
Wagne Luiz Mendanha ME					R\$ 146,989.16	7.77%
<b>DESPESA TOTAL COM OBRAS DA ADM. REGIONAL</b>	<b>R\$ 2,447,358.25</b>		<b>R\$ 4,005,461.47</b>		<b>R\$ 1,891,566.12</b>	

9. A partir dos levantamentos efetuados, é possível notar que:

- das 12 empresas mencionadas na denúncia:
  - apenas uma não contratou com as Administrações Regionais em tela: a Estrela Projetos;
  - apenas uma foi contratada nos 3 exercícios: a Terraplana – Engenharia e Comércio Ltda.;
  - três foram contratadas tanto em 2012 quanto 2013 e 4 foram contratadas tanto em 2013 quanto 2014;
- o montante dos pagamentos efetuados às empresas representam percentuais



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

modestos da despesa total relativa a obras executada pelas RAs;

- as empresas mencionadas assinaram 37 contratos com as Administrações Regionais, dos quais 24 tiveram valores entre R\$ 140 mil e R\$ 150 mil, ou seja, aproximam-se do limite máximo para contratações na modalidade “convite”.

10. Conclui-se que os fatos denunciados são verossímeis e a denúncia está acompanhada de indícios concernentes às irregularidades apontadas.

11. Note-se, porém, que o inciso I do § 1º do art. 196 indica a necessidade de qualificação e endereço do denunciante. Essa exigência visa à confirmação de autenticidade da denúncia e reforça a orientação dada pelo TCDF às “...unidades técnicas no sentido de que antes de autuarem denúncias de ‘qualquer cidadão’, **além de conferir-lhe a autenticidade da assinatura, do endereço e dos documentos de identificação**, exijam a comprovação da cidadania, em princípio, comprovável pela inscrição eleitoral, por meio do competente Título de Eleitor” (Decisão nº 4172/1996, grifou-se).

12. Em 10/12/2014, encaminhou-se mensagem aos denunciante, no e-mail informado à Ouvidoria do TCDF, solicitando a remessa de cópia de seus RGs e comprovantes de residência. Tal pedido, reiterado em 18/12/2014, foi ignorado (Peça 6 do Processo Apenso nº 35942/2014). Portanto, ausente o requisito de admissibilidade indicado no art. 196, § 1º, inciso I do RI-TCDF.

13. Destaca-se a importância da orientação dada pela Corte na citada Decisão nº 4172/1996, uma vez que **a mera informação dos números do título de eleitor e do CPF, fornecidos à Ouvidoria do TCDF, não permitem asseverar a autenticidade de denúncias**. Atualmente, tais dados podem ser facilmente obtidos a partir de pesquisas na Internet, o que torna trivial a redação de denúncias em nome de terceiros, com intenções escusas. Esta Corte, ao solicitar comprovantes de residência, acompanhados de documentos de identificação com fotos, impõe obstáculo de difícil superação pelos denunciante de má-fé, mas não pelos bem intencionados.

### III - Conclusão e sugestões

14. A denúncia em tela não deve ser conhecida pela Corte, uma vez que não se comprovou sua autenticidade. Porém, como contém indícios de irregularidades, sugere-se que o Tribunal autorize esta Secretaria a usar as informações nela contidas nas fiscalizações de sua competência, nos termos do art. 196, § 6º do RI-TCDF<sup>2</sup>.

15. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I - não conhecer da denúncia objeto dos autos, em razão do não atendimento ao requisito de admissibilidade indicado no art. 196, § 1º, inciso I do Regimento Interno do TCDF;

<sup>2</sup> § 6º O Tribunal não conhecerá de denúncia anônima, podendo valer-se das informações que contiverem na realização das auditorias e inspeções de sua competência.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

II - autorizar:

- a) a Secretaria de Acompanhamento a usar as informações contidas na denúncia em fiscalizações de sua competência;
- b) a ciência do denunciante;
- c) a desapensação e arquivamento do Processo nº 35942/2014, sigiloso, na Secretaria de Acompanhamento;
- d) a retirada da chancela de sigilo destes autos;
- e) o retorno do feito à Secretaria de Acompanhamento para fins de arquivamento.

À consideração superior.